

XVII CONGRESSO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO (1980): UMA ANÁLISE DO SINDICALISMO BRASILEIRO PELOS DIRIGENTES DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO

EDUARDO NORCIA SCARFONI*

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento e pretende colaborar com o debate sobre a privatização do ensino no período da ditadura civil-militar brasileira. Os Congressos Nacionais dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (CONEPEs) têm início em 1944, e tinham como função organizar os dirigentes de estabelecimentos particulares de ensino. Os CONEPEs contavam com dirigentes das escolas particulares da maioria dos estados brasileiros. Diversas questões sobre a educação nacional eram selecionadas e debatidas nesses encontros a partir dos interesses desses sujeitos, que as entendiam como cruciais para intervir no desenvolvimento educacional do país. A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEN) era a principal organizadora desses congressos sendo a centralizadora das ações, sempre buscando fortalecer os interesses das escolas privadas. Diferentes posicionamentos sobre a educação nacional foram debatidos nos CONEPEs sendo possível observar as diferenças entre os sujeitos ali presentes, desde membros da Associação de Escolas Católicas (AEC) até empresários sem qualquer ligação religiosa. Esses sujeitos se constituíam como uma força social ativa que em momentos decisivos se mantinham coesos para defender seus interesses.

Nesse trabalho iremos analisar a conferência do então presidente da FENEN, Roberto Dornas[†] no XVII Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (CONEPE), que foi realizado entre os dias 20 e 24 de janeiro de 1980 em Fortaleza. Essa conferência com o título de *“A escola particular e sua participação sindical”* foi uma análise do sindicalismo brasileiro e um chamado para o fortalecimento dos sindicatos das escolas particulares, com a intenção de defesa de seus interesses devido ao processo que o país vivia. Com a pressão para a volta da democracia esses sujeitos, dirigentes dos estabelecimentos

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutorando, CNPq.

[†] Roberto Dornas, advogado e professor, esteve a frente da federação por diversos mandatos e continua como presidente da Confederação Nacional de Estabelecimento de Ensino (CONFENEN), nome atual da FENEN, com mandato até 2017.

particulares de ensino, viam a necessidade de fortalecer cada vez mais seus sindicatos para atuarem organizados nesse novo período.

No primeiro momento da conferência de Roberto Dornas (presidente da FENEN) destaca a importância das entidades sindicais como “destinadas a defesa e fortalecimento das categorias econômicas ou profissionais” além da defesa dos interesses individuais. Com a consolidação das leis trabalhistas, Dornas destaca seu artigo 531 para demonstrar as obrigações dos sindicatos. Que são:

- a) *Representar, perante as autoridades administrativas e judiciais, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos a atividade ou profissão exercida;*
- b) *Celebrar contratos coletivos de trabalho;*
- c) *Eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;*
- d) *Colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria profissional ou liberal;*
- e) *Impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou das profissões liberais representadas(ANAIS, 1980:113).*

Porém o autor faz uma ressalva, dizendo que o que está descrito no texto legal não acontecia na prática, e um dos principais culpadas por isso era o poder público que ao invés de reconhecer as entidades sindicais fazia questão de não “vê-las”. Outra crítica desse sujeito às atitudes tomadas pelo poder público era o “alijamento das escolas de livre iniciativa dos Conselhos de Educação” sem nenhuma explicação. Assim, segundo Dornas, os sindicatos no Brasil eram fracos e sem força e aponta para algumas causas desse quadro:

O sindicalismo brasileiro não surgiu como uma conquista, mas como fruto de uma doação paternalista do Governo de então;

O despreparo daqueles que tem exercido funções públicas, que querem arredar do caminho as organizações sindicais para que não perturbem suas articulações e anseios políticos;

O atraso cultural, responsável pela crença de que sindicato é entidade de subversão e agitação (ANAIS, 1980:114).

E Dornas continua:

a – a pequena arrecadação com que contam em razão do número de empresas, o que não ocorre com os sindicatos de empregados nos quais é muito grande o número de associados, pois sempre será grande o de empregados

b – a impossibilidade legal de remunerar os diretores, fazendo com que nenhum empresário queira e possa dedicar-se a administração da entidade sindical, pois que obrigatoriamente sofrerá grandes prejuízos por ter de afastar-se de sua empresa (ANAIS, 1980:114).

Esses fatores, na visão desses sujeitos, levaram o enfraquecimento do sindicalismo brasileiro, sendo a escola particular afetada diretamente por esse “descaso” com os sindicatos. Tão afetada que, segundo Dornas, os empresários da educação brasileira não queriam ser considerados como tal, pois a educação tinha se tornado um “sinônimo de religiosidade”. Sendo assim, a escola particular caía no amadorismo, pois sua imagem era deturpada pelo poder público e pela sociedade que a entendiam como um “ganancioso comércio”. Com esse caráter amador a escola particular deixava de cumprir toda a sua potencialidade, não ajudando plenamente no desenvolvimento e no futuro do Brasil.

Em 1980, ano da realização desse CONEPE, a sociedade brasileira vinha se transformando e buscando uma abertura política e social. A escola particular acompanhando os acontecimentos de então, tentava fortalecer seus sindicatos, para que, segundo Dornas, “pudesse sobreviver”. Na visão desses sujeitos os estabelecimentos particulares de ensino eram incompreendidos pela sociedade e desprezados pelos órgãos públicos:

Muito antes que outros sindicatos patronais, os de estabelecimentos de ensino de livre iniciativa se tornarão mais atuantes e presentes, porque a escola particular se acha encurralada. Encurralada pelo descaso e despreço dos poderes públicos, e até mesmo por sua hostilidade, principalmente por parte dos órgãos responsáveis pelo sistema educacional, que, em vez do reconhecimento que lhe é devido pelos

serviços que prestou e presta ao Brasil, criam-lhe cada vez mais dificuldades intransponíveis; encurralada pelas exigências e reivindicações do pessoal docente e técnico administrativo, sem ter condições de atendê-las; encurralada pelos anseios da juventude e pela necessidade de propiciar um ensino mais aprimorado e atual; fustigada por políticos de má formação que acham mais fácil conquistar eleitorado através de ataques gratuitos a escola particular; atingida pelo jogo dos extremistas que querem arredá-la do caminho, por construir-lhes um entrave, representando posto avançado na manutenção do regime democrático, pois que cuida sobretudo do respeito ao indivíduo e a individualidade; acusada injustamente por grande parcela da imprensa mal informada; incompreendida por grande parte da população, levada a isto deliberadamente pelos inimigos do ensino diversificado; desesperada com dificuldades financeiras cada vez maiores (ANAIS, 1980:115).

Como uma autodefesa durante esse período de desprezo, achavam necessário o fortalecimento de suas associações sindicais. Além disso, esses sujeitos participavam da mudança social para esse novo período democrático e a viam como um novo momento de disputas onde “os inimigos do ensino diversificado” voltariam atuar contra a escola particular e por isso quem estivesse sozinho não sobreviveria. Nas palavras dos dirigentes dos estabelecimentos particulares de ensino:

Começamos a viver novos tempos, em que se tenta consolidar o regime democrático. E democracia se faz pela vivência e prática de pressões e contrapressões, partidas de todos os segmentos sociais. Todos os profissionais se unem, os sindicatos se fortalecem e se associam em busca de reivindicações maiores. Os empregados constituem frente única para exercerem pressões. Não há censura e a imprensa emite livremente suas opiniões. As ideologias políticas se infiltram e se confrontam. Os políticos sofrem e exercem pressões (ANAIS, 1980:115).

Por isso acreditavam ser esse o momento do fortalecimento dos sindicatos, sejam ele de trabalhadores como das “categorias econômicas”, um momento de ações conjuntas como um “bloco uno e indiviso”.

Para a defesa de seus interesses, os dirigentes de estabelecimentos particulares de ensino lançam alguns objetivos de atuação e participação para as “desejadas soluções para os vários problemas sociais”. A escola particular deveria:

I- Transformar as atuais associações classistas em sindicatos;

II- Fortalecer os atuais sindicatos e federação, através da filiação e presença maciças, injetando ainda nas entidades a maior soma possível de recursos, para que tenham condições de a manterem diuturnamente bem infortunados, presentes, atentos, vigilantes, mobilizados e em estado de prontidão;

III- Não permitir a divisão das atuais entidades sindicais por microrregiões ou por grau, modalidade ou ramo de ensino, procurando ao contrario, estender a representatividade e, se necessário, departamentalizar atendimento e orientação para os vários tipos de estabelecimento;

IV- Trabalhar no sentido de revisão do vigente quadro de atividades sindicais que – no caso dos estabelecimentos de ensino – não atende mais a realidade prática, para que se permita a criação isolada da confederação de estabelecimentos de ensino e não globalizar como hoje as atividades de educação e cultura;

V- Criar, após a revisão do quadro de atividades sindicais, federações regionais e a Confederação Nacional de Estabelecimento de Ensino[‡];

VI- Agir sempre em bloco, de forma una e indivisa, seguindo a orientação da respectiva entidade sindical (ANAIS, 1980:116).

Essa preocupação de fortalecer seus sindicatos era a preocupação da sobrevivência do ensino particular nesse novo contexto histórico que estaria por vir. A abertura no governo Figueiredo, a crescente dívida, a insatisfação popular, a política de Anistia, e a queda do AI-5 anunciavam que a ditadura estava chegando ao seu final.

Os dirigentes de estabelecimentos particulares de ensino entendiam que esse fortalecimento criaria uma classe respeitável, onde a “solidariedade total” seria dirigida por um sindicato ou uma federação, no caso a FENEN. Segundo esses sujeitos, o respeito não se conquista com uma lei ou por uma solicitação, mas ele se impõe quando realmente existe.

[‡] A Confederação Nacional de Estabelecimento de Ensino (CONFENEN) é oficialmente criada em 1990.

Assim, dada a importância para a construção de sindicatos fortes e coesos, os dirigentes de estabelecimentos particulares de ensino anunciam nove políticas para os sindicatos, para não caírem em “letargia ou em lamentações”. E são as seguintes políticas:

- a- Consecução de aumentos substanciais na sua arrecadação, para que a disponibilidade de recursos permita a prestação de bons serviços de orientação e atendimento aos sindicalizados, presença constante em órgãos de comunicação, locomoção e deslocamento para onde for preciso em qualquer hora;*
- b- Boa e eficiente estrutura técnica e administrativa;*
- c- Manutenção de um estado de alerta e prontidão em todos os momentos;*
- d- Menor dependência possível da contribuição sindical, porque se trata de receita com muitas restrições quanto a aplicação;*
- e- Empenho no sentido de bom relacionamento sério, idôneo e amistoso com as entidades sindicais que mantenham lideranças autênticas, não infiltradas de elementos que usam os organismos com objetivos políticos-ideológicos;*
- f- Exercício pleno da paciência e da capacidade de dialogo em busca de caminhos e soluções que deem aos envolvidos na atividade, empregadores e empregados, as melhores condições de trabalho e de satisfação pessoal;*
- g- Conciliação de interesses e pontos de vistas, com o encontro da media de opiniões, para evitar divergências e defecções, obtendo-se ao contrario ação única e indivisa;*
- h- Vigilância quanto aos próprios sindicalizados, de modo a obter de cada componente da categoria atuação e trabalhos idôneos, sérios, éticos e respeitados pela opinião pública;*
- i- Abstenção de qualquer envolvimento politico partidário ou ideológico, impedindo mesmo que alguém queira obter vantagens politicas através da entidade (ANAIS, 1980:116).*

Ao defender que o sindicato não pode ser partidário iam de encontro com diversos sindicatos que estavam ligados principalmente a ideologias de esquerda. Entendiam os sindicatos como mero instrumento técnico, de fortalecimento da “classe” com uma “ação única e indivisa”. Essas ações deveriam ser para o bem de todos com a conciliação de interesses e dos pontos de vista. Mesmo não tomando uma posição partidária, seu

posicionamento fica evidente por ser contrário a outros sindicatos que atuavam como instrumento político partidário. Para esses sujeitos os sindicatos que seguiam por esse caminho não tinham lideranças autênticas.

Essas visões distintas suscitam questões sobre as diferenças dos sujeitos sociais e sua divergência de interesses. Os dirigentes de estabelecimentos particulares de ensino são entendidos aqui como intelectuais que atuam diretamente para homogeneizar sua classe. Não no sentido que todos se tornarão iguais, mas que em determinados momentos defenderam como em uma frente única interesses comuns. Tomamos como base as noções de Gramsci quando este coloca que não existe o não intelectual, todos veem de uma atividade profissional específica, o que se altera são os diversos graus e funções da atividade intelectual, não existindo o sujeito não intelectual. As relações sociais que compõem a vida de cada pessoa e as condições de trabalho em determinadas relações interfere diretamente no conceito de intelectual de Gramsci (2011) onde esse “[...] conjunto do sistema de relações na qual estas atividades se encontram no conjunto geral das relações sociais”. A atividade intelectual, assim como a análise das forças sociais, não pode ser olhada de maneira isolada e sim a partir desse conjunto de relações sociais onde esse intelectual representa um setor e defende determinado grupo social.

Ou seja, as análises não podem ser descoladas de seus fins práticos, tem que interferir diretamente para uma mudança social, pois a força social para se tornar hegemônica necessita de maior homogeneidade e consciência de si. Essa coesão levaria determinada força social a se tornar hegemônica na sociedade.

Para a construção dessa hegemonia o intelectual em Gramsci tem um papel fundamental, pois esses deveriam trabalhar para construção da homogeneidade do grupo social. Em suas palavras

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e

técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens: deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc.). (GRAMSCI, 1982:4)

E continua o autor

Os empresários -- se não todos, pelo menos uma elite deles -- devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe: ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os "prepostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores a fábrica. Pode-se observar que os intelectuais "orgânicos", que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, "especializações" de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. (GRAMSCI, 1982:4)

Esses intelectuais organizadores de uma nova cultura e nascidos dentro do próprio grupo social são os que Gramsci chama de intelectuais orgânicos, um intelectual produzido no seio de sua classe.

Assim, os dirigentes de estabelecimentos particulares de ensino, se articulam em seus sindicatos e federação para se fortalecer, tomar conhecimento de si e atuar conjuntamente para intervir na educação nacional. Os CONEPEs são uma estratégia de atuação para seguir esse caminho de formação intelectual, organização e mobilização de suas forças para pressionar e atuar de forma única, como uma frente única para a defesa de seus interesses, buscando a hegemonia social.

Referências

CONGRESSO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO, 17, 1980, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 1980.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: Conversas sobre História e imprensa. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC/SP. São Paulo, n.35, dezembro, 2007, p.255-272.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, v.2, 2011.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, v.3, 2011.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar Editores, 1979.